



O VENENO NOSSO DE CADA DIA: considerações sobre o uso de agrotóxicos no Brasil

Tobias Bueno

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Instituto de Estudos Socioambientais (IESA)
Universidade Federal de Goiás (UFG)
tobiasbueno@hotmail.com.br

Murilo Mendonça Oliveira de Souza

Bolsista PROBIP/UEG
Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ)
Mestrado em Recursos Naturais do Cerrado (RENAC)
Universidade Estadual de Goiás/Campus de Goiás
murilosouza@hotmail.com

Introdução

O consumo de agrotóxicos no Brasil tem crescido de forma proporcional ao crescimento do agronegócio. Atualmente, somos o país que mais utiliza agrotóxicos no mundo. Anualmente, são utilizados mais de um milhão de toneladas de agrotóxicos, o que corresponde ao consumo de mais de um bilhão de litros. Estima-se que cada habitante esteja exposto a mais de cinco litros de agrotóxicos por ano. (ANVISA, 2012).

O (ab)uso de agrotóxicos no país vem sendo legitimado pelo governo federal, à medida que este opta pelo apoio às monoculturas destinadas ao abastecimento do mercado externo e à produção de agrocombustíveis, em detrimento da produção de alimentos. Segundo dados do Plano Agrícola (2012), ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para a safra 2012/13 foram destinados mais de R\$ 115 bilhões para o agronegócio, visando a produção de grãos e cana-de-açúcar para a intensificação da produção de agrocombustíveis. Por outro lado, de acordo com o Plano Safra da Agricultura Familiar (2012), ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), também para a safra 2012/13, foram destinados pouco mais de R\$ 22 bilhões para os agricultores, os quais são responsáveis por mais de 70% da produção de alimentos no país. No estado de Goiás, assim como em todos os outros estados brasileiros, o agronegócio recebe incentivos significativamente maiores do que os investimentos na agricultura familiar; ainda que estes sejam os responsáveis pela produção de alimentos.



À medida que os governantes optam pelo agronegócio, optam também pelo modelo de agricultura socialmente excludente e ambientalmente nociva. Dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) apontam que 3% do total das propriedades rurais do país são latifúndios com mais de mil hectares e ocupam 56,7% das terras agriculturáveis. Além da concentração, temos os casos contaminações por agrotóxicos em seres humanos, sendo os mais graves: o caso da intoxicação do leite materno, em Lucas do Rio Verde/MT, identificado no ano de 2011, em pesquisa coordenada pelo Prof. Dr. Wanderley Pignati, da UFMT; e da intoxicação em massa, ocorrido na Escola Rural Pontal do Buriti, em Rio Verde/GO, no dia 3 de maio de 2013, apresentada no documentário “Pontal do Buriti – brincando na chuva de veneno”, sob direção de Dagmar Talga, ligada ao Gwatá – Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo, da UEG/UnU Goiás. O uso de agrotóxicos na agricultura vem contaminando ainda as águas subterrâneas, córregos e rios, solos, etc.

Neste sentido, se o uso de agrotóxicos se apresenta tão prejudicial ao meio ambiente e à população, o que explica o majoritário investimento estatal nesta forma de agricultura que utiliza tanto agrotóxico, como é o agronegócio?

No sentido de promover elementos para contribuir na resposta desta pergunta tão emblemática surge o presente trabalho, norteado, principalmente, pela contextualização histórica do início da utilização de agrotóxicos no país. Especificamente, busca-se: analisar como deu-se o processo de introdução dos agrotóxicos no país mediante as políticas estatais; refletir como as políticas estatais contribuíram para a transformação cultural dos agricultores; analisar dependência dos agricultores frente as grandes indústrias agroquímicas. Metodologicamente, para a realização do presente trabalho, foram utilizados dados de fontes secundárias; levantamento bibliográfico a respeito do tema; e também o conhecimento adquirido a partir do contato com o Comitê Goiano da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

Resultados e Discussão

Os agrotóxicos são produtos derivados das sobras das armas químicas desenvolvidas para as duas grandes guerras ocorridas no início do séc. XX, sobretudo, da



II Guerra Mundial. As empresas alemãs Bayer e Basf, grandes empresas do setor de agrotóxicos, por exemplo, durante o início do século XX, foram integradas a outras quatro empresas alemãs (Badische Anilin; a Hoechst; Weiler-ter-Meer; e Griesheim-Elektron), formando o complexo químico chamado IG Farben, tornando-se, na época, a maior empresa de fabricação de produtos químicos do mundo. Durante anos, a IG Farben foi também a principal fonte de abastecimento das forças armadas alemãs. Foi no complexo químico da IG Farben que se produziu grande parte do gás venenoso utilizado pela Alemanha, incluindo todo o gás Zyklon B, usado nos campos de concentração. A empresa era ainda responsável por grande parte da pólvora e dos explosivos utilizados pela Alemanha. (SUTTON, 1976). Outras empresas gigantes do setor de agroquímicos, como Monsanto, Syngenta, Dow AgroSciences também estiveram envolvidas com o desenvolvimento de armas químicas para a guerra.

Ao final do período das guerras, as sobras dos produtos desenvolvidos que se tornariam um problema para as empresas que o desenvolveram, passaram a ser adaptados para a agricultura, uma vez que a agricultura, assim como afirmado por Andrades e Ganimi (2007) era uma boa opção para a reprodução de capital. Desta forma, passaram a ser incorporados na agricultura, como nos mostra Carneiro (2012, p.48)

Finda a segunda guerra mundial, a maioria das indústrias bélicas buscou dar outras aplicação aos seus produtos: a eliminação de pragas da agricultura, da pecuária e de doenças endêmicas transmitidas por vetores. A Saúde Pública ajudou a legitimar a introdução desses produtos tóxicos e a ocultar sua nocividade sob a alegação de “combater” esses vetores.

Juntamente com a indústria química, as empresas que desenvolveram os maquinários para a guerra também passaram a adaptar suas sobras de guerra para a agricultura sob a forma de tratores, máquinas, colheitadeiras e outros equipamentos mecânicos. O remanejamento para a agricultura dos produtos desenvolvidos para a guerra, somado as pesquisas com sementes, iniciadas em meados da década de 1940, criaram as condições necessárias para o surgimento do processo de modernização da agricultura em âmbito mundial, sob o nome de Revolução Verde. Este processo, de acordo com Adas (1988), foi parte da estratégia e revigoração do sistema capitalista em nível mundial.

No Brasil, embora o uso de agrotóxicos tenha se difundido a partir da década de 1940 (SOARES, 2010), somente na década de 1960 é que seu uso passa a se dar de forma



mais expressiva, mediante políticas estatais de obrigatoriedade do uso de agrotóxicos, em favorecimento ao processo de modernização da agricultura (LONDRES, 2011).

O processo de obrigatoriedade da compra de agrotóxicos dá-se no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1965, e do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, dez anos depois, em 1975. (SOARES 2010; LONDRES, 2011; CARNEIRO et al, 2012).

Em relação aos programas estatais de desenvolvimento agrícola, que condicionavam o crédito rural ao uso obrigatório de agrotóxicos, Carneiro et al. (2012, p.47), nos mostra, que “[...] tão forte foi essa medida, que rapidamente a maioria dos produtores rurais passou a só produzir com base nesses venenos”. Por outro lado, Görge (2011, p. 17), demonstrando preocupação com este fato nos afirma que “já há uma cultura do veneno. Em regiões do Brasil já são de três a quatro gerações de agricultores que só sabem produzir com venenos. Criou-se uma dependência cultural”.

As políticas estatais não apenas obrigaram os agricultores a fazer uso dos agrotóxicos, como também trataram de criar discursos capazes de manipular a verdade sobre os agrotóxicos. Neste contexto, temos a Lei 7.802 de 1989, que regulamenta o que são e quais os destinos desses produtos como exemplo desta manipulação.

A lei dos agrotóxicos (Brasil 1989) e o decreto que regulamenta esta lei (Brasil 2002) definem que essas substâncias são: “os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos”. (CARNEIRO et al., 2012, p. 15)

De acordo com esta lei, portanto, há elementos considerados nocivos ao meio ambiente e que a partir do uso de agrotóxicos, estes elementos podem ser eliminados. Contudo, Carneiro et al (2012, p. 48), nos explica que “como o objetivo do agrotóxico é matar determinados seres vivos ‘incômodos’ para a agricultura (tem um objetivo biocida), a sua essência é, portanto, tóxica”. Ou seja, o uso de agrotóxicos não é nocivo apenas aos seres vivos que se objetiva combater, mas a todo o meio ambiente.



Considerações Finais

O mercado de agrotóxicos no Brasil não para de crescer, afinal, o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo federal impulsiona a produção em larga escala, fato que contribui para o uso de venenos agrícolas. Entre os anos de 2001 e 2008, de acordo com Londres (2011), a venda de agrotóxicos saltou de US\$ 2 bilhões para US\$ 7 bilhões. Entre os anos de 2004 e 2008, o crescimento da área cultivada foi de 4,59%. Já o crescimento do uso de agrotóxicos para o mesmo período foi de 44,6%, sendo desconsiderada a quantidade de agrotóxicos que são contrabandeados para o país.

Referências

CARNEIRO, F. F. et al. **Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro, abril de 2012. 1ª Parte. 98p.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. O círculo vicioso dos venenos agrícolas. IN: **Agrotóxico: caderno de formação 1.** Brasil, 2011.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida.**- Rio de Janeiro: AS-PTA- Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

SOARES, W. L. **Uso dos agrotóxicos e seus impactos à saúde e ao ambiente: uma avaliação integrada entre a economia, a saúde pública, a ecologia e a agricultura.** Rio de Janeiro: 2010. Disponível em:
http://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/25520_tese_wagner_25_03.pdf. Acesso em: 12/04/13

SUTTON, A. C. **Wall Street and the rise of Hitler.** Nova York: Arlington House Publishers, 1976.